

## **A Psicologia em cena: a atuação de Eliezer Schneider no Manicômio Judiciário**

### **Psychology on stage: Eliezer Schneider's performance in the Judicial Asylum**

**Luiz Gustavo Alvarenga dos Santos**

 <https://orcid.org/0009-0002-0174-8726>

**Pedro Henrique Leal Cardoso**

 <https://orcid.org/0000-0002-0381-1891>

**Ana Maria Jacó-Vilela**

 <https://orcid.org/0000-0002-0728-8700>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Brasil

#### **Resumo**

Este estudo investiga a atuação de Eliezer Schneider (1916-1998) no Manicômio Judiciário Heitor Carrilho (MJHC) entre 1954 e 1976. Como advogado, Schneider tinha interesse em temáticas como a personalidade criminosa, delinquência e inimputabilidade. Este interesse, conjugado com o trabalho no então Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, o levou a ingressar no MJHC com a função de "psicologista". Contudo, há poucos detalhes sobre as atividades de avaliação e perícia psicológica que desenvolvia no MJHC. Visando preencher essa lacuna, a pesquisa, ainda em andamento, examinou 11 laudos da década de 1950, extraídos de um total de 103 prontuários encontrados. Seus registros são sucintos e se utilizam predominantemente dos testes de Rorschach e Binet-Terman, descrevendo as habilidades comunicativas e perceptivas dos pacientes. Os resultados ressaltam a relevância da atuação de Schneider para a criação do campo da atual Psicologia Jurídica.

**Palavras-chaves:** história da psicologia no brasil; Eliezer Schneider; testes psicológicos; Manicômio Judiciário Heitor Carrilho.

#### **Abstract**

This study investigates the work of Eliezer Schneider (1916-1998) at the Heitor Carrilho Judicial Asylum (MJHC) between 1954 and 1976. As a lawyer, Schneider was interested in topics such as criminal personality, delinquency, and non-imputability. This interest, combined with his work at the then Institute of Psychology at the University of Brazil, led him to join the MJHC as a "psychologist." However, there are few details about the psychological assessment and expertise activities he carried out at the MJHC. Aiming to fill this gap, the research, still in progress, examined 11 reports from the 1950s, extracted from a total of 103 medical records found. His records are succinct and predominantly use the Rorschach and Binet-Terman tests, describing the communicative and perceptive abilities of patients. The results highlight the relevance of Schneider's work in the creation of the field of current Legal Psychology.

**Keywords:** history of psychology in brazil, Eliezer Schneider, psychological tests, Heitor Carrilho Judicial Asylum.

O objetivo deste texto é compreender o trabalho de Eliezer Schneider no Manicômio Judiciário Heitor Carrilho. Esta instituição representa um olhar diferenciado à loucura, pois destaca aquela vinculada ao crime. Sabemos que, marcada pela predominância do saber psiquiátrico, a relação da sociedade brasileira com a loucura a partir de finais do século XIX baseou-se em uma lógica biologizante que tinha como intuito a sua restrição e controle. Após a loucura ser classificada como uma doença, o dito louco foi nomeado doente mental e o Hospício tornou-se uma instituição de enclausuramento destinada ao tratamento e à cura dessa patologia (Alves, 2010).

Diferente de um hospício comum e de uma prisão, a criação do Manicômio Judiciário teve como propósito acolher e tratar indivíduos em sofrimento psíquico e que estavam em conflito com a lei, ou seja, era uma instituição destinada a custodiar e/ou periciar os loucos entendidos como criminosos. Devido ao interesse em compreender temáticas como a personalidade do criminoso, a delinquência e a inimputabilidade, o advogado Eliezer Schneider (1916-1998) realizou seu mestrado em Psicologia e ingressou no Manicômio Judiciário Heitor Carrilho (MJHC) em 1954, sendo contratado como “psicologista” e atuando nessa instituição até 1976. Considerado um dos primeiros brasileiros, de fato, com formação formal em Psicologia, a importância de Schneider pode ser percebida por sua presença nos momentos iniciais dos primeiros cursos de Psicologia no Rio de Janeiro, assim como pela introdução de disciplinas de Psicologia Jurídica nos mesmos. Tendo em vista sua relevância e o pouco conhecimento de seu trabalho no MJHC, esse trabalho busca analisar sua atuação nesta instituição entre os anos de 1954 e 1976 por meio do estudo dos laudos psicológicos que produziu e que constam nos Livros de Observação e nos Laudos de Exame de Sanidade Mental que fazem parte do acervo do antigo Manicômio que está sob a guarda do Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ).

Assim, pretendemos, neste texto, apresentar os primeiros resultados de uma pesquisa em andamento acerca dos laudos produzidos por Eliezer Schneider em seu período de atuação no MJHC. Para tanto, vamos primeiro historicizar o Manicômio Judiciário Heitor Carrilho e, em seguida, apresentar as principais ações e experiências de Eliezer Schneider ao longo de sua vida, bem como seus legados. Para terminar, discutiremos a sua atuação nessa instituição manicomial e os resultados obtidos por meio da pesquisa.

### **A interseção entre crime e loucura: a criação do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho**

Antes da construção de um espaço destinado à loucura, indivíduos considerados alienados e identificados como vagabundos e desordeiros eram deslocados para recintos como as Santas Casas de Misericórdia ou as prisões, neste caso, se apresentassem comportamentos violentos (Santos & Farias, 2014). O Hospício de

Pedro II, inaugurado em 1852 e criado para abrigar os indivíduos considerados loucos, foi o primeiro estabelecimento no Brasil dedicado ao tratamento dos alienados. Sua criação não objetivava apenas a contenção social da loucura, mas como um espaço asilar que visava curar esses sujeitos, mesmo que compulsoriamente (Alves, 2010). Segundo Teixeira e Ramos (2012), os primeiros anos do Hospício foram marcados por uma atuação semelhante à de um hospital geral da Europa do século XVIII, em que se acolhiam doentes e demais sujeitos vulneráveis.

Desde sua criação, o Hospício esteve subordinado à Santa Casa de Misericórdia e assistiu a embates entre as freiras da Ordem de São Vicente de Paulo e os poucos médicos que nele atuavam. Os conflitos estavam relacionados aos questionamentos dos médicos tanto acerca da administração da instituição quanto à natureza da assistência, mais caritativa e religiosa que científica. Aos poucos, a influência dos médicos cresceu, e os alienistas buscaram promover mudanças radicais no Hospício, obtendo o controle total de sua administração ao mesmo tempo que criavam, na Faculdade de Medicina, a cátedra de Moléstias Nervosas e de cursos dedicados às moléstias mentais. Após a Proclamação da República em 1889, logo no ano seguinte o Hospício é finalmente laicizado através de sua desanexação da Santa Casa de Misericórdia, com a promulgação do Decreto n. 142-A, de 11 de janeiro de 1890. Assim, ele passa a ser chamado de Hospício Nacional de Alienados, e em 1911, Hospital Nacional de Alienados<sup>1</sup> (Teixeira & Ramos, 2012).

Historicamente, no Brasil, a relação entre crime e loucura ocorreu por meio da articulação feita entre o saber médico e o jurídico, colocando sobre ela uma marca de perigo que propiciou sua segregação e institucionalização (Costa & Bicalho, 2023). Tratado de maneira diversa ao longo da elaboração dos códigos penais brasileiros, o criminoso tido como louco representava um perigo social que necessitava de ações e medidas de segurança para que fosse afastado da sociedade. No Código Penal de 1890, o termo "louco" foi substituído por "pessoas com afecção mental" e foi instituído que aqueles que fossem considerados loucos infratores não deveriam responder penalmente por seus crimes, mas serem conduzidos a suas famílias, ou acomodados no hospital de alienados, se porventura seu estado mental compromettesse a segurança pública (Código Penal, 1890, art. 29).

Decorrente das dificuldades encontradas para manter a ordem entre os alienados entendidos como comuns e aqueles percebidos como criminosos no Hospício Nacional de Alienados, o diretor-geral da Assistência Médico-Legal de Alienados, João Carlos Teixeira Brandão<sup>2</sup> (1854-1921), propôs a criação do manicômio judici-

<sup>1</sup> Para facilitar, neste texto nos referiremos ao Hospício, em suas diversas denominações, como HNA.

<sup>2</sup> João Carlos Teixeira Brandão foi um médico brasileiro nascido no Rio de Janeiro em 1854. Graduiu-se em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II e realizou seu doutorado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1877. Como médico, trabalhou no Serviço de Moléstias do sistema nervoso na Policlínica Geral do Rio de Janeiro e, em 1887, recebeu o cargo de diretor do serviço sanitário do Hospício Pedro II. Além da medicina, teve uma carreira na política, eleito em 1903 como deputado federal, atuou em defesa da reorganização da assistência a alienados, que se concretizou no decreto 1.132, de 22/12/1903 (Alves, 2010).

ário em um ofício dirigido ao Ministro da Justiça em 1897 (Vasconcellos, 2017).

Todavia, em 1903, foi aprovada uma lei para a organização da assistência médico-legal a alienados que previa um modelo padronizado de organização para os serviços de assistência a alienados em todos os estados da união. Dessa maneira, estabeleceu-se que cada estado era responsável por usar seus recursos para a construção de manicômios judiciais e, enquanto esses espaços não fossem construídos, anexos especiais nos asilos públicos deveriam ser criados para o recolhimento dos indivíduos que seriam destinados a estes espaços (Carrara, 2010).

Com a reorganização da assistência médico-legal fundamentada no Decreto 1.132, de 1903, e as reformas realizadas no Hospício Nacional de Alienados, criou-se um anexo especial para receber os alienados entendidos como criminosos (Macyel, 1999). Em homenagem ao psiquiatra e antropólogo criminal Cesare Lombroso<sup>3</sup> (1835-1909), esse anexo foi denominado como Seção Lombroso e sua chefia foi confiada ao médico psiquiatra Heitor Pereira Carrilho (1890-1954). Conhecido por sua teoria do criminoso nato, Lombroso, por meio de seus estudos, constatou que os indivíduos criminosos tinham características em comum, físicas e psicológicas. Com essa tese, acreditava que o crime era um fenômeno biológico e certos indivíduos, designados por ele como criminosos natos, já nasciam delinquentes (Carrara, 2010).

Em 1921, a construção de um asilo criminal se efetivou no Rio de Janeiro e, por meio do Decreto n. 14.831, o funcionamento do Manicômio Judiciário (MJ) na capital da República foi aprovado (Santos & Farias, 2014). Com a sua inauguração, os pacientes que antes se encontravam na Seção Lombroso do HNA foram transferidos para o MJ, que também passou a receber os loucos infratores encaminhados pela Justiça do Distrito Federal. Esta foi a primeira instituição psiquiátrica e criminal estabelecida no Brasil e teve como seu primeiro diretor o médico Heitor Carrilho.

De acordo com Santos e Farias (2014), desde meados da década de 1960, questões relacionadas à substituição do modelo asilar eram predominantemente discutidas em outros países. No Brasil, em 1978, profissionais da saúde fizeram uma significativa denúncia sobre as condições precárias da maioria dos hospitais psiquiátricos. Contudo, essas questões foram ignoradas pelo governo que estava sob o regime da ditadura militar. No ano seguinte, 1979, foi fundado o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), que culminou na criação do movimento antimanicomial em 1987, com a meta de fechar gradualmente as instituições psiquiátricas e manicomiais do país.

Em 2001, após uma longa espera de 12 anos, a reforma psiquiátrica foi oficialmente aprovada por meio da Lei nº 10.216/2001, também conhecida como Lei Paulo Delgado, que assegura a proteção e os direitos dos indivíduos em sofrimento

---

<sup>3</sup> Cesare Lombroso, nascido na Itália, médico, psiquiatra e criminologista. Sua teoria do criminoso nato indica que o criminoso é um ser primitivo que nasce com uma certa tendência para o mal, herdada geneticamente e que pode ser identificada por meio de características físicas, tais como assimetria facial, arcada dentária irregular e o tamanho do crânio, entre outras.

psíquico e redefine o modelo assistencial em saúde mental. Para substituir os manicômios, em 2002 foram estabelecidos os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que funcionam como espaços de acolhimento para pessoas com doenças mentais, oferecendo assistência psicológica e médica para reintegrá-las à sociedade. Embora a Lei Paulo Delgado não explicita os casos em que o adoecimento psíquico esteja vinculado a um delito, ela menciona a internação compulsória, o que enquadra todas as situações que abrangem o judiciário. Em decorrência da Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001, o MJHC foi oficialmente extinto no dia 20 de março de 2013.

### **Heitor Pereira Carrilho**

Nascido em 21 de março de 1890, no Rio Grande do Norte, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, iniciou sua carreira no Hospício Nacional de Alienados em 1909, atuando como uma espécie de estagiário. No ano seguinte, passou a ser interno efetivo e, em 1913, alienista interino, permanecendo no cargo até 1917 e, em 1918, passou a ser alienista efetivo, recebendo o cargo de diretor do Serviço de Alienados Delinquentes - Seção Lombroso (Maciel, 1999).

Com a inauguração do Manicômio Judiciário no Rio de Janeiro, em 1921, Heitor Carrilho foi nomeado, por indicação do médico Juliano Moreira<sup>4</sup> (1873-1933), diretor dessa instituição, onde, em 1930, criou o periódico *Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*. Antes de assumir a direção do Manicômio Judiciário, Heitor Carrilho já procurava refletir sobre as formas de opressão, tratamento e prevenção dos indivíduos considerados como anormais numa perspectiva biológica e moral (Dias, 2015).

A concepção de Heitor Carrilho, expressa no periódico, remete, a grosso modo, a uma perspectiva biodeterminista com relação ao crime. Dessa maneira, utiliza-se de uma lógica naturalística da criminalidade e do tratamento do delinquente, fundamentada, sobretudo, nos trabalhos de Lombroso e suas relações com o degeneracionismo da psiquiatria francesa e com a psiquiatria e a criminologia alemã (Dias, 2011). Após sua morte em 1954, o Manicômio teve seu nome alterado em homenagem ao seu primeiro dirigente, passando a ser denominado de Manicômio Judiciário Heitor Carrilho (Santos & Farias, 2014)

### **A trajetória de Eliezer Schneider**

Eliezer Schneider (1916-1998) foi advogado e psicólogo, figura importante nas áreas da Psicologia Social, Psicologia Jurídica e na criação dos primeiros cursos

---

<sup>4</sup> Juliano Moreira nasceu na Bahia em 1873 e graduou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. Exerceu o cargo de professor substituto da Cátedra de Doenças Nervosas e Mentais em 1896 e, entre os anos de 1903 e 1930, foi diretor do Hospício Nacional de Alienados no Rio de Janeiro. Além de elaborar uma proposta de reforma para essa instituição, atuou em defesa de uma legislação federal de assistência aos alienados (Oda & Dalgalarrodo, 2000).

de Psicologia no Rio de Janeiro. De família judaica, nasceu no Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1916, filho de Scylla Schneider e Jacob Schneider.

Schneider formou-se bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas em 1939, na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (Krüger, 2001). Mesmo nunca tendo exercido a profissão, o Direito lhe provocou o interesse pela Psicologia por meio de temas como a relação entre a lei e o indivíduo, a delinquência e os efeitos da punição. Schneider ingressou na Psicologia mediante concurso que realizou para o cargo de Técnico de Assuntos Educacionais, do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), em 1941. Lotado no Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, passou a desempenhar funções de “psicologista”, sob o comando de Jayme Grabois<sup>5</sup> (1908-1990), diretor do órgão. Convém mencionar que, à época, a Psicologia ainda não era uma disciplina autônoma, estando assim presente nos cursos e nas práticas profissionais da medicina, da filosofia e da educação (Jacó-Vilela, 1999). Schneider enfrentou desafios no início de sua carreira, tais como a ausência de grupos de referência no Brasil, bem como de grupos de pesquisa necessários ao desenvolvimento científico de uma disciplina como a Psicologia naquele seu momento de formação (Krüger, 2001).

Schneider realizou o mestrado na Iowa University entre 1946 e 1947, produzindo a dissertação *As teorias emergentistas da personalidade*, orientada por Gustav Bergman, na qual obteve resultados mais favoráveis ao reducionismo que ao emergentismo. Lá, Schneider teve como professores Kenneth Spencer e Robert Sears, discípulos de C. L. Hull. Penna (2001) afirma que ambos tiveram importância na formação teórica de Schneider.

Segundo Krüger (2001), o mestrado em Iowa foi uma oportunidade única, em que Schneider pôde se dedicar totalmente aos estudos de Psicologia em uma universidade estrangeira qualificada. A dissertação de Schneider contou, dentre outros conteúdos, com análises filosóficas acerca de teorias da personalidade. Mesmo não tendo experiência com o estudo formal em Filosofia, Schneider se debruçou sobre tais questões em uma época em que poucos psicólogos se interessavam por elas (Krüger, 2001). Schneider trouxe dessa experiência o seu interesse pelo comportamento humano derivado das situações ambientais. Após o mestrado, foi obrigado, como funcionário público, a retornar ao Brasil e reassumir o seu cargo. Assim, voltou ao trabalho no Instituto de Psicologia (Jacó-Vilela, 2001). Segundo Penna (2001), ainda no Instituto de Psicologia, na década de 1950, Schneider publicou duas monografias sobre seleção e orientação profissional e uma sobre o conteúdo de sua dissertação, defendida em 1947.

Em 1949, Schneider ingressou no Instituto de Seleção e Orientação Profissi-

---

<sup>5</sup> Jayme Grabois nasceu na Argentina em 1908 e estudou medicina na Bahia e no Rio de Janeiro. Trabalhou no Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, sob a direção do psicólogo polonês Wacław Radecki. Foi professor, e mais tarde, diretor do Instituto de Psicologia criado em 1932 (Grabois, 2022).

onal (ISOP) como psicotécnico, permanecendo durante pouco tempo na instituição. Mais tarde, nos anos 70, retornou ao ISOP, integrando a comissão de planejamento da pós-graduação, a convite de Franco Lo Presti Seminério (Jacó-Vilela, 1999).

Penna (2001) comenta a frustração que acometeu Schneider após ter sido negado o seu pedido de retorno a Iowa, para realizar o doutorado. O macarthismo estava instaurado nos EUA, e os órgãos de segurança certamente souberam, através do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), de sua militância política no Brasil, ainda no fim da adolescência. Jacó-Vilela (1999) afirma que era conhecida a sua atuação na Juventude Comunista e em movimentos antifascistas quando estudante do Colégio Pedro II e estudante de Direito. Para Penna (2001), tal negativa foi um dos motivos da ida de Schneider a Porto Alegre, por influência de sua esposa, Guiomar Schneider. Segundo Jacó-Vilela (1999), Schneider mudou-se para Porto Alegre em 1953, permanecendo lá até 1954.

No período em que esteve em Porto Alegre, Schneider foi docente na Pontifícia Universidade Católica (PUC), e trabalhou no Departamento de Estradas de Rodagem (DER), em atividades de seleção e orientação profissional. Para Penna (2001), Schneider estava preparado para essas atividades, devido ao seu trabalho como psicólogo no ISOP no período entre 1949 e 1953. Ele completa que, no ISOP, Schneider teve contato com Euryalo Cannabrava e Arauld Bretas, psicólogos treinados por Wacław Radecki<sup>6</sup> (1887-1953) no Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro. Ainda:

Particularmente, penso que, se Schneider não se tivesse afastado do ISOP em 1953, por certo seria o sucessor de Mira y Lopez<sup>7</sup> na direção do ISOP, quando o mestre espanhol faleceu, em 1964. Sem dúvida, era, àquela altura, o mais qualificado dos auxiliares de Mira y Lopez. (Penna, 2001, p. 25)

De volta ao Rio, além de suas atividades no Instituto de Psicologia, tornou-se diretor do Colégio Hebreu Brasileiro e psicólogo do Manicômio Judiciário. Neste, sua carreira se iniciou com a obtenção, por meio de Jurandyr Manfredini<sup>8</sup> (1905-1974), de uma nomeação para trabalhar na instituição como psicólogo e perito. Ainda

<sup>6</sup> Wacław Radecki interessou-se pela Psicologia ainda na juventude, na Polônia. Foi assistente do laboratório de Psicologia dirigido por Claparède na Universidade de Genebra, onde obteve o doutorado e a livre-docência. Mudou-se para o Brasil em 1923, trabalhando inicialmente como professor de Psicologia na Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade do Paraná. Organizou e dirigiu o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro no Rio de Janeiro (Centofanti, 1982).

<sup>7</sup> Emílio Mira y López, psiquiatra e psicólogo catalão, radicou-se no Brasil em 1947. Foi responsável pela criação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atuou nas áreas da Psicologia do Trânsito, Psicologia Infantil e da avaliação psicológica, entre outras. Foi um prolífico divulgador da Psicologia, através de palestras, livros e artigos em jornais (Jacó-Vilela e Rodrigues, 2014).

<sup>8</sup> Jurandyr Manfredini era médico formado pela Universidade do Paraná. Atuou como médico no Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro. Foi psiquiatra da seção Nina Rodrigues do Hospital Nacional de Psicopatas. Destaca-se a sua nomeação, em 1954, para o cargo de diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais do Ministério da Saúde (Vidal e Amorim, 2008).

segundo Penna (2001) “Muitos de seus laudos foram em extremo elogiados pelo Desembargador Ney Palmeiro, pela precisão conceitual com que eram produzidos” (p. 26). Ao mesmo tempo em que seu trabalho no Manicômio Judiciário pôde unir os seus principais interesses de estudo, Schneider descobriu que sua paixão era a docência. Ainda na década de 1950, participou da comissão para elaboração do primeiro anteprojeto de graduação em Psicologia (Jacó-Vilela, 1999).

Schneider foi um dos primeiros professores de quase todos os primeiros cursos de Psicologia criados no Rio de Janeiro, na Universidade do Brasil (atual UFRJ), na Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ), na Universidade Gama Filho (extinta), na Sociedade Universitária Celso Lisboa, no Instituto Santa Úrsula e na Faculdade de Humanidades Pedro II (FAHUPE, também extinta) (Jacó-Vilela, 1999). Procurava sempre introduzir nesses cursos a disciplina de Psicologia Jurídica, principalmente na graduação e em especializações (Reis, 2001). O método de Schneider envolvia uma visão interdisciplinar dos conteúdos estudados. Ou seja, o conhecimento teórico deveria ser analisado à luz do cotidiano, para isso recorrendo-se a filmes, por exemplo (Jacó-Vilela, 1999). Sá (2001) também comenta sobre o uso de Schneider, em sala de aula, de elementos como filmes e novelas que pudessem ajudar os alunos a compreender a complexidade da interação entre os fenômenos psicológicos e sociais. Segundo o autor, “o que lamentavelmente às vezes lhe valia a pecha de estar apenas ‘embromando a aula’” (p. 43).

Schneider teve uma grande produção escrita, sempre visando o proveito dos seus alunos e interessados, publicando em revistas acessíveis, como os Boletins do Instituto de Psicologia da UFRJ. O único livro publicado por Schneider foi resultado de sua tese no concurso para professor titular da UFRJ, “no qual esteve inscrito por doze anos e veio finalmente a ser aprovado em 1977” (Sá, 2001, p. 46). Analisando o extenso conjunto da produção de Schneider em Psicologia Social, Krüger (2001) avalia que, em suas produções, Schneider combinava ideias de diferentes disciplinas em suas argumentações. Ainda acrescenta que sua produção intelectual era condicionada por suas experiências profissionais. Afirma:

A meu ver, este é o melhor esclarecimento a apresentar para o fato de só encontrarmos mais estudos sobre temas de Psicologia Social de sua autoria a partir de 1964, pois foi apenas a partir de então que o professor Schneider se tornou professor desta disciplina em cursos de graduação em psicologia. (p. 50)

Krüger (2001) comenta que tal produção aumentou a partir de 1971, quando Schneider dedicou-se também, como professor e orientador, ao mestrado em Psicologia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), primeira pós-graduação onde atuou. Antes desse período, no início de sua carreira profissional na Psicologia, os temas tratados por ele giravam mais em torno da Psicometria, Psicologia Geral e Psicologia da Personalidade. Ou seja, os textos de Schneider não eram exclusivamente sobre Psicologia Social, variaram ao longo do tempo.

Segundo Krüger (2001), Schneider era muito favorável às aplicações da Psi-

ciologia Social, isso devido à sua formação e experiências profissionais como professor, psicólogo no ISOP e como perito do Manicômio Judiciário. Ele argumenta que o trabalho de Schneider, aliado ao estudo da Psicologia Social e às suas características pessoais, por exemplo, a solidariedade, levou-o a pensar sobre propostas de solução de problemas psicossociais por meio da pesquisa psicológica do tipo aplicado. Alguns dos temas nesse sentido eram a violência urbana, os estereótipos e preconceitos e os conflitos interpessoais. Para Sá (2001), Schneider contribuiu com a produção de uma Psicologia Social mais alternativa, menos dependente dos modelos estrangeiros importados pelo Brasil através dos manuais. Após a crise da Psicologia Social tradicional, a segunda geração de psicólogos sociais brasileiros foi influenciada por Schneider, de modo a conceber uma disciplina mais diversa e ampla.

Krüger (2001) conta sobre a crítica que Schneider teceu a João Lira Filho, à época reitor da Universidade do Estado da Guanabara, na ocasião de uma aula inaugural ministrada no Instituto de Psicologia da UFRJ, em 1969. O reitor teria desqualificado a Psicologia em benefício de outras disciplinas, valendo-se para isso de uma interpretação errônea da distinção de Bertrand Russell entre as ciências prioritárias e as ciências ornamentais. Para João Lira Filho, a Psicologia se encaixaria nesse último grupo (Krüger, 2001).

Schneider ingressou como professor da UERJ em 1965, a convite de Hanns Ludwig Lippmann<sup>9</sup> (1921-1981), criador do curso (Penna, 2001). Nessa época, o curso de Psicologia pertencia à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, funcionando na Rua Haddock Lobo, nº 296. Schneider trabalhou durante 14 anos na UERJ, aposentando-se pela instituição em 1979. Foi professor de Psicologia Social e de Dinâmica de Grupo e Relações Humanas e diretor do Instituto de Psicologia e Comunicação Social, denominação da época do atual Instituto de Psicologia. Os cinco anos da direção de Schneider trouxeram uma tradição de harmonia e compreensão ao curso, não obstante o contexto de ditadura militar do período. Foi um período de melhorias, principalmente com a mudança do curso para o campus Francisco Negrão de Lima (Reis, 2001,). Já no Instituto de Psicologia da UFRJ, colaborou, com Antônio Gomes Penna, na implantação do curso de Psicologia em 1964, tendo-o dirigido interinamente entre 1963 e 1965 (Krüger, 2001). Foi aposentado compulsoriamente em 1986.

Também a convite de Lippmann, Schneider lecionou na Universidade Gama Filho, no curso de Psicologia que aquele também criara. Encarregado por Lippmann do ensino de Psicologia Geral, Schneider não ficou satisfeito, pois desejava trabalhar com a sua especialidade, a Psicologia Social. Sendo assim, pediu a Penna que o substituísse na disciplina de Psicologia Geral, para que pudesse se dedicar à sua

---

<sup>9</sup> Hanns Ludwig Lippmann era alemão, e emigrou para o Brasil aos 16 anos. No Brasil, formou-se como teólogo e filósofo, bem como assistente social, tendo sido docente na área. Foi o criador de diversos cursos de Psicologia no Rio de Janeiro nas décadas de 1950 a 1970 (Machado, 2022).

especialidade. Segundo Penna (2001), Schneider trabalhou na Universidade Gama Filho até os anos de fragilidade em sua saúde, recebendo então autorização para orientar alunos em sua própria casa.

Eliezer Schneider faleceu em 26 de agosto de 1998, véspera do dia do psicólogo. Era bem-humorado, considerava as amizades como bens valiosos e era modesto tanto em sua vida pessoal quanto profissional, bem como considerado um humanista (Jacó-Vilela, 1999; Reis, 2001).

### ***Eliezer Schneider e sua atuação no Manicômio Judiciário Heitor Carrilho***

Eliezer Schneider é reconhecido na historiografia da Psicologia por suas contribuições ao campo da Psicologia Social e por seu papel nos primeiros cursos de Psicologia no Rio de Janeiro na década de 1960. Entretanto, não atuou somente como docente, também teve importante experiência profissional como psicólogo perito no Manicômio Judiciário. Seu trabalho não se restringia à aplicação e avaliação dos internos por meio de testes: fazia questão de ter contato com os presos, compondo sua avaliação psicológica com dados da observação do comportamento social dos mesmos (Schneider, 1997, como citado por Vasconcellos, 2017). Todavia, pouco se sabe a respeito das atividades de avaliação e perícia psicológica que Schneider desenvolvia no MJHC (Vasconcellos, 2017).

Durante um levantamento documental conduzido no Museu Penitenciário do Rio de Janeiro (MPERJ), com a finalidade de entender a aplicação de ferramentas psicológicas, particularmente testes, no serviço de assistência a alienados no começo do século XX, nos deparamos com laudos psicológicos produzidos por Eliezer Schneider, constantes nos Laudos de Exame de Sanidade Mental registrados nos Livros de Observação (registros médico-psiquiátricos dos internos do MJHC) e nos Livros de Laudos e Pareceres (registros de pacientes periciados pelos profissionais do MJHC) produzidos no MJHC. Com a descoberta deste material, iniciamos este trabalho, uma pesquisa histórica, de caráter *ex post facto*, que se utiliza de fontes primárias como fonte de pesquisa. Observe-se que o uso de documentos clínicos nas pesquisas em História da Psicologia vem sendo cada vez mais difundido, entendendo-se que são fontes primárias que podem oferecer um panorama das práticas médico-legais e das teorias que as embasavam (Facchinetti & Dias, 2022).

### **Resultados e Discussão**

Nesta pesquisa, realizamos uma busca sistemática pelos laudos psicológicos produzidos por Schneider entre os anos de 1954 e 1976, período escolhido por corresponder aos anos de sua atuação na instituição manicomial (Vasconcellos, 2017). Por se tratar de uma pesquisa em andamento, decidimos considerar, para este trabalho, apenas os laudos produzidos na década de 1950. Do total de 24 laudos compreendidos nesse período, a amostra a ser aqui analisada é composta pelos

dois primeiros casos de cada ano da década de 1950, totalizando, assim, 11 laudos. Como as únicas fontes documentais ligadas ao MJHC utilizadas nessa pesquisa são os laudos assinados por Schneider, realizamos uma análise minuciosa desses documentos e identificamos diversas informações sobre os pacientes, tais como: idade, estado civil, nacionalidade, naturalidade, cor, delito, nível de instrução, diagnóstico e o teste aplicado na avaliação. Estes dados foram descritos em uma tabela para nos auxiliar a compreender os perfis sociodemográficos, jurídico-criminais e médico-psiquiátricos dessas pessoas que foram avaliadas nesta instituição por Schneider.

Em comparação com o conteúdo total dos prontuários, pode-se julgar que os laudos psicológicos produzidos por Schneider são simples, diretos e carentes de detalhes. No geral, os laudos consistem em uma página escrita à máquina, contendo o nome do paciente, o corpo do laudo, a data e a assinatura de Schneider. Por outro lado, já comentamos sobre os elogios do desembargador Ney Palmeiro aos laudos de Schneider, devido à sua precisão conceitual (Penna, 2001).

De forma geral, os laudos parecem expressar uma avaliação global e situacional do paciente. Em quase todos, Schneider menciona os testes psicológicos utilizados na avaliação e acrescenta informações que sugerem uma boa observação e contato atento com os pacientes. É frequente o uso do teste Binet-Terman, bem como o Rorschach e a Escala de Wechsler. Todavia, não encontramos nenhuma pista ou padrão que apontasse o motivo que levou Schneider a aplicar determinados testes e não outros, o mesmo valendo para os casos em que ele optou pela aplicação de mais de um teste. Dentre eles, destaca-se o caso de Paul<sup>10</sup>, homem branco de 31 anos, madalenense, solteiro, com instrução de nível superior e pintor. Teve seu laudo endereçado ao juiz de direito da 23ª Vara Criminal, que informa que o acusado está incurso nas penas do artigo 129 do Código Penal, por agredir um indivíduo com uma espátula, de modo furtivo e sem motivo justificável. Os peritos concluíram que Paul é um débil mental, em remissão de um surto de esquizofrenia, e o enquadraram como legalmente inimputável. Apesar do parecer de Schneider coincidir com o elaborado pela equipe médica do MJHC, Schneider destaca a utilização de dois testes para avaliá-lo: o de Rorschach, em que o indivíduo revelou-se normal no contato com a realidade, apesar de deficiente na comunicabilidade e com percepções frequentemente inadequadas dos estímulos ambientes, e a Escala de Wechsler, que o enquadrrou como débil mental por atingir um QI igual a 60.

A avaliação realizada por Schneider descreve as habilidades de comunicação e percepção dos pacientes, sugerindo uma análise abrangente e situacional do indivíduo. Assim, a determinação do Quociente Intelectual (QI) também é algo muito frequente nos laudos. Em alguns laudos, há inscrições que sugerem endereçamentos destes a outros profissionais do MJHC, como por exemplo: no laudo de Oliver, lê-se na parte superior da página: "Ao Dr. Oswaldo P. de Moraes". No laudo de

<sup>10</sup>Todos os nomes citados são fictícios, respeitando-se a Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, 2018)

Otávio, logo abaixo do nome do paciente, há: "Perito: Dr. Oswald". No laudo de Omar, também abaixo da identificação do paciente, vemos: "Dr. Rawlinson". No laudo do paciente Paolo, há um endereçamento explícito: "Ao Dr. L. Contini". Por fim, no laudo de Pietro, abaixo de seu nome, lê-se: "Dr. Oswald". Essas inscrições levam-nos a refletir sobre a relação entre as diferentes categorias profissionais no MJHC, principalmente, nesse nosso caso, as de psicólogo e de perito, bem como sobre a posição que a Psicologia ocupava na instituição.

Outro dado que chama a atenção é que cada um dos laudos psicológicos produzidos por Schneider, constantes nos Livros de Laudos e Pareceres, foi produzido antes do Laudo de Exame de Sanidade Mental correspondente, com uma antecedência que varia entre 1 e 108 dias, em nossa amostra. Assim, pode-se depreender que o laudo psicológico era um elemento fundamental para o laudo que seria produzido posteriormente pelos peritos. Além da presença, em alguns laudos, do tópico "Testes Psicológicos", contendo a íntegra do laudo psicológico, outro elemento corrobora essa possibilidade. Referimo-nos à presença, nos Laudos de Exame de Sanidade Mental, de referências literais ao conteúdo dos laudos de Schneider, como no laudo do paciente Paolo.

Dentre os laudos analisados, constatou-se que Schneider não atribui diagnósticos definitivos aos casos que analisou. Em alguns deles, indica que determinados pacientes apresentavam debilidade mental, uma classificação que condiz com sua avaliação, uma vez que os testes utilizados por ele mensuram o QI e enquadram resultados fora da curva normal como debilidade mental. Suas conclusões sobre cada paciente não costumam divergir da conclusão atribuída pela equipe médica do MJHC. No entanto, chama a nossa atenção o caso de Pilatos, um homem preto de 27 anos, natural do Espírito Santo, solteiro, com instrução primária incompleta e servente de pedreiro. Incurso no artigo 129 do Código Penal, por agredir a mãe com um vergalhão de ferro, resultando no crime de lesão corporal, teve seu laudo apresentado ao juiz de direito da 8ª Vara Criminal, sendo diagnosticado pela equipe médica do MJHC como portador de oligofrenia, ou seja, possuía o desenvolvimento mental retardado. Apesar disso, ao comparar essa conclusão médica com a avaliação de Schneider, nota-se uma discrepância. Segundo o psicólogo, embora Pilatos demonstrasse indicações de imaturidade e eventuais descontroles emocionais, ele apresentava uma boa capacidade perceptiva em situações de problemas concretos, respondendo às situações novas, de caráter cognitivo, com prudência e cuidado, ainda que com certa insegurança. Todavia, é destacado que Pilatos alcançou o QI 93 de inteligência média, o que o enquadra como não alienado, mas, para os peritos, Pilatos está incluído nas condições do artigo 22 do Código Penal, isto é, foi considerado alienado, logo, inimputável. Dessa forma, essa questão nos leva a refletir sobre a importância que era dada aos laudos elaborados por Schneider e o valor que era atribuído à sua avaliação e à conclusão que, por meio dela, era feita.

### Considerações finais

Os achados acrescentam novas informações sobre a atuação profissional de Eliezer Schneider no MJHC, bem como dados inéditos sobre o uso dos conhecimentos psicológicos, principalmente os testes, na instituição. A análise dos laudos produzidos por Schneider entre 1954 e 1976, com foco na década de 1950, revela um profissional que, embora sucinto em seus relatos, demonstrava uma observação minuciosa dos casos, bem como uma interação significativa com os pacientes.

Diante disso, este estudo possibilita o preenchimento de lacunas presentes na historiografia da Psicologia, salientando a atuação de Schneider no MJHC e a relevância de documentos clínicos como fontes primárias para a compreensão das práticas médico-legais e das teorias que as sustentam nessa instituição.

A pesquisa em andamento, portanto, cujos resultados iniciais são aqui apresentados, indica a necessidade de aprofundar a análise dos laudos restantes em razão de a amostra analisada ser limitada. O aprofundamento dessa análise trará uma compreensão mais completa de sua atuação e das práticas psicológicas no MJHC. Isso inclui a identificação de padrões, peculiaridades na seleção e aplicação dos testes, além de examinar como a formação e as experiências de Schneider influenciam esses aspectos. Além disso, estudos futuros poderão investigar a recepção e o impacto desses laudos no âmbito jurídico-criminal, bem como a relação entre o trabalho de Schneider e as mudanças ocorridas no Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, considerando especialmente o contexto da reforma psiquiátrica no Brasil. Tais investigações permitirão uma compreensão mais completa do legado de Eliezer Schneider e da historiografia da Psicologia.

A relevância de Schneider na criação e no ensino dos primeiros cursos de Psicologia no Rio de Janeiro, e seu esforço em introduzir a Psicologia Jurídica nesses currículos, reforçam a necessidade de reconhecer seu legado não apenas como perito, mas também como formador de gerações de psicólogos.

Embora as conclusões de Schneider coincidam geralmente com as da equipe médica do MJHC, a identificação de discrepâncias, como no caso de Pilatos, abre uma linha de investigação importante. Análises futuras poderão aprofundar essas distinções, investigando as fundamentações teóricas e metodológicas que as respaldam, além do efeito que essas avaliações divergentes exerceram sobre o destino dos pacientes.

### Referências

- Alves, L. C. (2010). O Hospício Nacional de Alienados: terapêutica ou higiene social? [Dissertação de mestrado, Fundação Oswaldo Cruz]. Repositório Institucional da FIOCRUZ. <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/6089/24.pdf?sequence=2&isAllowed=y>

- Brasil. (1890). Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Presidência da República. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm)
- Brasil. (2018). Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União. <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/leis-complementares-1/todas-as-leis-complementares-1>
- Carrara, S. L. (2010). A história esquecida: os manicômios judiciais no Brasil. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 20(1), 16–29. [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822010000100004](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000100004)
- Centofanti, R. (1982). Radecki e a Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 3(1), 2–50. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931982000100001>
- Costa, J. S., Bicalho, P. P. G. (2023). Luta Antimanicomial e políticas criminais em tempos de contrarreforma psiquiátrica. In A. M. L. C. Feijoo (Org.), *Psicologia e Políticas Públicas* (pp. 15–32). IFEN.
- Dias, A. A. T. (2011). Páginas de ciência, crime e loucura: a trajetória e o projeto médico-intelectual de Heitor Carrilho (1930-1945). *Temporalidades*, 3(2), 78–97. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5433>
- Dias, A. A. T. (2015). Arquivos de ciências, crimes e loucuras: Heitor Carrilho e o debate criminológico do Rio de Janeiro entre as décadas de 1920 e 1940 [Tese de doutorado, Fundação Oswaldo Cruz]. Repositório Institucional da Fiocruz. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/17767>
- Facchinetti, C., Dias, A. T. (2022). Fontes para a História da Psiquiatria. In O Hospício da Praia Vermelha: do Império à República (Rio de Janeiro, 1852-1944) (pp. 55–85). Unifesp.
- Grabois, P. F. (2022). Grabois, Jayme. In A. M. Jacó-Vilela, H. Klappenbach, R. Ardila (Eds.), *The Palgrave Biographical Encyclopedia of Psychology in Latin America*. Palgrave Macmillan. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-38726-6\\_28-2](https://doi.org/10.1007/978-3-030-38726-6_28-2)
- Jacó-Vilela, A. M. (1999). Eliezer Schneider: um esboço biográfico. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 331–350. <https://doi.org/10.1590/s1413-294x1999000200009>
- Jacó-Vilela, A. M. (2001). Eliezer Schneider, professor: o afeto como método. In A. M. Jacó-Vilela (Org.), *Pioneiros da Psicologia Brasileira: Eliezer Schneider* (pp. 11–22). Imago.
- Jacó-Vilela, A. M., Rodrigues, I. T. (2014). Emilio Mira y López – uma ciência para além da academia. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(3), 148–159. [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822014000300004](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822014000300004)

S1809 – 52672014000300012

- Krüger, H. (2001). Eliezer Schneider e a Psicologia Social no Rio de Janeiro. In A. M. Jacó-Vilela (Org.), *Eliezer Schneider* (pp. 49–74). Imago.
- Machado, J. F. V. (2022). Lippmann, Hanns Ludwig. In A. M. Jacó-Vilela, H. Klappenbach, R. Ardila (Eds.), *The Palgrave Biographical Encyclopedia of Psychology in Latin America*. Palgrave Macmillan. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-38726-6\\_61](https://doi.org/10.1007/978-3-030-38726-6_61) – 1
- Maciel, L. R. (1999). *A loucura encarcerada: Um estudo sobre a criação do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (1896-1927)* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal Fluminense.
- Oda, A. M. G. R., Dalgalarondo, P. (2000). Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 22(4), 178–179. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000400007>
- Penna, A. G. (2001). Eliezer Schneider (1916-1998). In A. M. Jacó-Vilela (Org.), *Eliezer Schneider* (pp. 23–31). Imago.
- Reis, Y. M. (2001). Eliezer Schneider, primeiro diretor do Instituto de Psicologia da UERJ. In A. M. Jacó-Vilela (Org.), *Eliezer Schneider* (pp. 33–38). Imago.
- Sá, C. P. de. (2001). Eliezer Schneider e a Psicologia Social no Brasil - um depoimento afetivo e acadêmico. In A. M. Jacó-Vilela (Org.), *Eliezer Schneider* (pp. 39–47). Imago.
- Santos, A. L. G., Farias, R. F. (2014). Criação e extinção do primeiro Manicômio Judiciário do Brasil. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(3), 515–527. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2014v17n3p515-9>
- Teixeira, M. O. L., Ramos, F. A. de C. (2012). As origens do alienismo no Brasil: dois artigos pioneiros sobre o Hospício de Pedro II. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 15(2), 364–381. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142012000200011>
- Vasconcellos, M. A. G. N. T. (2017). *História da Psicologia Jurídica no Brasil e na Argentina: um estudo comparado entre Eliezer Schneider e Plácido Horas* [Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UERJ. <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/15182>
- Vidal, L. V. de M., Amorim, W. M. de. (2008). Reconhecimento do psiquiatra Jurandyr Manfredini entre estudantes da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, 1954-1955. *SMAD - Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, 4(1), 01–15. <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v4i1p01-15>

**Nota sobre os(as) autores(as)**

Luiz Gustavo Alvarenga dos Santos é Estudante de graduação em Psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Laboratório de História e Memória da Psicologia - Clio-Psyché onde atua como bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq) no projeto de pesquisa "Dos processos básicos à inserção na Saúde: trajetória da Psicologia no Brasil". E-mail: [psicologia.uerj10@gmail.com](mailto:psicologia.uerj10@gmail.com)

Pedro Henrique Leal Cardoso é Estudante de graduação em Psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Laboratório de História e Memória da Psicologia - Clio-Psyché onde atua como bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq) no projeto de pesquisa "Dos processos básicos à inserção na Saúde: trajetória da Psicologia no Brasil". E-mail: [pedroh85@yahoo.com.br](mailto:pedroh85@yahoo.com.br)

Ana Maria Jacó-Vilela é Pesquisadora Senior na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coordena pesquisas sobre História da Psicologia no Brasil. E-mail: [jaco.ana@gmail.com](mailto:jaco.ana@gmail.com)

**Data de submissão:** 09/09/2025

**Data de aceite:** 20/08/2026